



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Como é impossível resolver a questão dos trabalhadores ilegais em Macau, o acesso ao emprego por parte dos trabalhadores locais foi posto em causa, acompanhado do surgimento dum problema de segurança. Esta questão destaca-se no sector da construção civil. Nas rusgas efectuadas, foram sempre detectados trabalhadores ilegais, independentemente da natureza das obras envolvidas, quer privadas quer públicas, contudo, é bastante difícil assegurar um combate efectivo. Há dias, a Polícia de Segurança Pública efectuou uma busca no escritório de uma agência de viagens e turismo, onde decorriam obras, e deteve mais de vinte trabalhadores suspeitos de serem ilegais, o que demonstra mais uma vez a gravidade do problema.

Segundo as informações apresentadas pelo pessoal da linha da frente, os serviços responsáveis pela execução da lei reforçaram, nestes últimos anos, o combate aos trabalhadores ilegais, efectuando buscas e operações de detenção, contudo, devido às deficiências verificadas no vigente sistema jurídico e às dificuldades de assegurar a admissão das provas recolhidas, é difícil punir devidamente os infractores. Em muitos casos, as sentenças mais comuns dizem respeito à suspensão de penas e à conversão da pena de prisão em multa. Como o valor das multas é muito baixo, e o Governo não consegue assegurar uma cobrança efectiva das mesmas, baixam então os efeitos do referido combate. Como a parte patronal pode assegurar a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

rentabilidade dos negócios com a contratação de trabalhadores ilegais, e é baixo o custo da infracção, aquela não tem o menor escrúpulo em infringir a lei e em contratar trabalhadores ilegais.

Ao longo do tempo, tanto a sociedade como o sector laboral têm exigido, veementemente, ao Governo que puna gravemente a parte patronal que contrata trabalhadores ilegais e que proceda, o mais cedo possível, à revisão das leis e regulamentos, para melhorar as disposições sancionatórias de natureza penal. É de esperar que o Governo consiga materializar a sua determinação no combate aos trabalhadores ilegais por via da execução e revisão da lei. Muitos trabalhadores da linha da frente, responsáveis pela execução da lei, têm sublinhado a importância dessa revisão para maximizar os efeitos do referido combate, mas os respectivos trabalhos foram prorrogados há anos, sem qualquer avanço.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo vai, quanto antes, rever e aperfeiçoar as penas estipuladas nos respectivos diplomas legais e regulamentares? Vai aplicar penas mais graves aos indivíduos que contratam trabalhadores ilegais, definindo claramente que não pode haver substituição ou suspensão da execução da pena de prisão, a fim de tornar mais evidente a determinação do Governo em combater o trabalho ilegal?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. As acções de combate ao trabalho ilegal são, principalmente, desenvolvidas pelas Forças de Segurança e pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais. Os referidos serviços, para além de reforçarem essas acções, vão aperfeiçoar os mecanismos de aplicação conjunta das leis, fazer o balanço das dificuldades e dos obstáculos encontrados durante a aplicação destas e cooperar com as entidades competentes na revisão das leis, no sentido de reprimir, eficazmente, o trabalho ilegal?

3. O Governo referiu que o grupo interdepartamental de trabalho para o combate ao trabalho ilegal já entrou em consenso no que diz respeito à falta de clareza das responsabilidades de gestão e das subempreitadas nos estaleiros de obras e que foi alcançado o consentimento unânime de que os empreiteiros ou as empresas têm de assumir a responsabilidade por uma gestão clara, estando agora a proceder estudos para regular a responsabilidade de gestão através de leis, bem como para aplicar sanções administrativas aos empreiteiros que violem a lei, devido a má gestão. No entanto, as referidas acções não vieram a ser desenvolvidas. Então, qual foi a essência da questão? De que medidas dispõe o Governo para que os referidos sistemas sejam implementados quanto antes, no sentido de responder aos sectores que exigem o combate ao trabalho ilegal?

25 de Julho de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Lee Chong Cheng.